

Enquanto a Maternidade Não Vem: A Infertilidade e a Pressão Social como Pano de Fundo para a Adoção

Fernanda Donato Mahl¹
Fernanda Pires Jaeger²
Naiana Dapieve Patias³
Ana Cristina Garcia Dias⁴

Resumo

Este trabalho trata da espera pela maternidade no contexto da adoção, enfocando aspectos sociais envolvidos na situação de impossibilidade biológica de gestar. Objetiva compreender alguns significados da maternidade para mulheres que aguardam a adoção do primeiro filho, assim como compreender fatores contextuais envolvidos no fenômeno. Realizou-se uma pesquisa de caráter qualitativo, com a participação de oito mulheres que estavam na fila de espera pela adoção, há pelo menos seis meses, na Comarca de uma cidade do Rio Grande do Sul /RS. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo. As análises permitiram constatar que as participantes apresentam concepções tradicionais relacionadas à maternidade e à gestação, como aquela que realiza a mulher. Constatou-se também que as participantes sofrem duplamente, primeiro por que enfrentam a infertilidade e segundo por que precisam conviver com a pressão social por parte da família e dos amigos para tornarem-se mãe, sendo frequentes as críticas frente à impossibilidade biológica de gerar um bebê. Essa pressão social parece fazer com que elas continuem na espera pelo filho adotivo.

Palavras-chave: adoção; família; infertilidade; maternidade; pressão social.

While the Motherhood Doesn't Come: Infertility and Social Pressure as a Background for Adoption

¹Psicóloga, Mestranda em Distúrbios da Comunicação Humana, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria/RS.

²Psicóloga, Mestre em Psicologia, PUC/RS, Professora do Curso de Psicologia do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), Santa Maria, RS.

³Psicóloga, Especialista em Criança e Adolescente em Situação de Risco (UNIFRA), Mestre em Psicologia (UFSM), Santa Maria/RS.

⁴Psicóloga, Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento (USP), Coordenadora do Programa de Pós Graduação em Psicologia (UFSM), Santa Maria, RS.

Abstract

This paper deals with the hopes for motherhood in the context of adoption, focusing on the social aspects involved in the situation of the biological impossibility of gestating. It aims to understand some meanings of motherhood for women who are waiting to adopt their first child, as well as understand the contextual factors involved in this phenomenon. We have conducted a qualitative research study, which has included the participation of eight women who have been on the waiting list for adoption, at least six months, the County in a city of Rio Grande do Sul/RS. The data were subjected to content analysis. The collected data revealed that participants have traditional views regarding motherhood and pregnancy, as that which makes the woman. It was also found that participants suffer doubly, first by facing infertility and second, because they need to live with the social pressure from family and friends to become a mother, and are often criticized about the biological impossibility of conceiving a child. This social pressure seems to make them continue in the struggle to hold the adoptive child.

Keywords: adoption; family; infertility; motherhood; social pressure.

Introdução

No século XVIII houve uma revolução nas ideias e nas representações sobre a maternidade, sendo discutida a função materna e sua importância para o desenvolvimento das crianças. Durante esse período, a criança passou a ter um lugar mais privilegiado e valorizado na família. Ariés (1981) ressalta que no século XVIII surgiram novos sentimentos no contexto familiar associados principalmente à valorização da infância. Dessa maneira, foram efetuadas mudanças nos hábitos de criação e educação dos filhos, as crianças eram enviadas para receber a escolarização fora do ambiente doméstico.

Além disso, outras mudanças, a exemplo do reconhecimento da igualdade entre os filhos no direito à herança, modificaram práticas existentes anteriormente. As mães passaram a ocupar outras funções no contexto doméstico, sendo recomendado que as mesmas cuidassem pessoalmente de seus filhos, dedicando-se exclusivamente à maternidade. De fato, foram elaborados diferentes discursos que sugeriam que o amor materno é natural e espontâneo, reconhecendo a mãe como a principal figura responsável pelo desenvolvimento dos filhos (Badinter, 1985).

O mito do amor materno foi desenvolvido e difundido, sendo todas as mulheres conclamadas a cumprir seus deveres de mães, cuidando

exclusivamente da sobrevivência de seus filhos (Motta, 2001). Assim, foi exigido das mulheres que abrissem mão de seu tempo e de sua liberdade em favor dos cuidados com o filho. Com isso, a “nova mãe” passou a dedicar muito mais tempo à criação dos filhos e a maternidade adquiriu novos significados. Durante esse período, a mulher começou a ser percebida como apresentando diferentes características, como docilidade, sensatez, passividade e dedicação. Por isso, ela deveria desenvolver um amor materno incondicional pelo filho, recebendo como recompensa dessa dedicação o reconhecimento e amor incondicional dos filhos (Badinter, 1985).

Ariés (1981) discute que, com o advento da família burguesa, ocorreu uma valorização dos laços familiares e, cada vez mais, a convivência e a dedicação aos filhos se tornou parte fundamental do papel feminino na família. Maldonado (2002) afirma que as atitudes maternas bem como o papel de mãe têm se modificado no decorrer de nossa história, o que pode levar a pensar a maternidade como um comportamento social, que se adequa ao contexto socio-histórico no qual ela se desenvolve. Desse modo, pode-se afirmar que os discursos são construídos e atravessados por um espaço, um tempo e uma cultura, que determinam elementos históricos e sociais associados às representações de maternidade.

Como visto ao longo dos séculos a maternidade tornou-se um valor natural e social, que ainda é cultivado na sociedade. Castro (2002) relata que a maternidade é culturalmente definida como um amor incondicional, como forma de naturalizar o papel social da mulher, remetendo à geradora biológica toda a responsabilidade de cuidar e educar a criança. De fato, a ideologia da maternidade vivida atualmente confere a todas as mulheres a capacidade natural de amar os filhos e cuidar deles sem restrições (Motta, 2001).

Nesse sentido, ainda hoje a sociedade mantém certos ideais em relação às mulheres, sendo o mais forte deles a ideia de que a maternidade é indispensável à realização feminina (Motta, 2001). Por outro lado, a figura feminina vem desenvolvendo novas funções. Além de mãe, é esperado da mulher que ela se faça presente no mercado de trabalho, podendo optar por uma profissão que lhe traga benefícios pessoais e prestígio profissional. Ademais, em muitas famílias a mulher se tornou uma fonte de renda complementar e de autoridade no lar, além de continuar cumprindo as tarefas já desenvolvidas no contexto doméstico – cuidado da casa e dos filhos (Patias & Buaes, 2012).

Essas construções sociais, vinculadas às representações de maternidade (ser mulher é ser, necessariamente, mãe, por exemplo), geram pressão social para que a mulher se torne mãe. Quando isso não acontece,

as mulheres sentem o peso social dessas representações que consideram a maternidade como um destino feminino (Patias & Buaes, 2009). Contudo, pergunta-se: como se sentem as mulheres que não possuem filhos, pois estão incapacitadas biologicamente de gerá-los? Nesse trabalho serão abordados aspectos relativos a alguns significados da maternidade para mulheres que aguardam a adoção do primeiro filho, bem como os fatores sociais envolvidos diante da impossibilidade de uma gestação biológica. Considera-se que compreender esses aspectos é importante, a fim de pensar estratégias de intervenções para essas mulheres e suas famílias.

Método

Esse trabalho possui caráter qualitativo e exploratório. Minayo (1997) considera que esse tipo de delineamento se propõe a trabalhar com um universo de significados, opiniões e atitudes de processos e fenômenos estudados. Desta forma, é possível aprofundar e compreender o fenômeno estudado.

Participantes

Participaram do estudo oito mulheres, recrutadas a partir dos seguintes critérios de inclusão: a) autorização e consentimento da participante para participar da pesquisa, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; b) possuir idade entre 30 a 45 anos; c) estar em um relacionamento estável ou casada e d) estar aguardando o processo de adoção por um período de no mínimo seis meses na Vara da Infância e da Juventude do Fórum de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul/RS. Já os critérios de exclusão foram: a) possuir filhos biológicos ou adotivos e b) não estar cadastrada na fila para adoção na Vara da Infância e da Juventude do Fórum da cidade na qual a pesquisa foi realizada. Na tabela 1 apresenta-se uma breve descrição das participantes, que foram identificadas por meio de nomes fictícios.

Tabela 1 - Dados das participantes

Nome fictício	Idade	Tempo de casada	Tempo de espera na fila da adoção	Motivo que impossibilitou a gestação biológica
Leticia	31 anos	3 anos	1 ano	Aborto de repetição (causa desconhecida)
Renata	33 anos	6 anos	3 anos	Ovário Policístico
Ângela	33 anos	5 anos	2 anos	Ovário Policístico
Mariana	42 anos	18 anos	1 ano e meio	Miomas
Luiza	42 anos	20 anos	6 anos	Cistos
Tânia	42 anos	12 anos	2 anos	Miomas
Ana	43 anos	12 anos	5 anos	Trompas Obstruídas

Procedimentos e Instrumentos

Para a coleta de dados dessa pesquisa, inicialmente realizou-se contato com o Fórum de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul/RS. Em seguida, foi entregue à Juíza da Vara de Infância e Juventude uma solicitação de permissão para acesso à lista de pretendentes à adoção. A solicitação continha explicações e objetivos deste trabalho. Após seis dias o pedido foi deferido. Em seguida, foi aprovado pelo Comitê de Ética do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA) - CONEP Nº 1246 e pelo Conselho de Ética em Pesquisa CEP-UNIFRA 341.2008.3. O projeto observou os procedimentos éticos de pesquisa previstos com seres humanos da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Após a aprovação do projeto, entrou-se em contato com as participantes via telefone, explicou-se detalhadamente os objetivos do estudo, convidando as mesmas a participarem de uma entrevista individual. Houve quatro pessoas que rejeitaram a participação no estudo, uma devido à falta

de tempo e as outras três em função da falta de interesse em colaborar com a pesquisa. Para aquelas que aceitaram o convite foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para esclarecimentos éticos e explicação do estudo e assinatura. A pesquisa não apresentava nenhum risco direto às participantes, contudo, foi esclarecido que caso ocorresse algum constrangimento ou desconforto em relação à entrevista/pesquisa, a entrevistada poderia desistir de participar do estudo. Dessa forma, as participantes foram detalhadamente informadas sobre os propósitos da pesquisa, bem como o direito de interromper a participação quando desejassem caso considerassem necessário.

O agendamento das entrevistas foi marcado conforme a disponibilidade de horário e local das participantes. Quatro mulheres optaram por realizar a entrevista em seu local de trabalho, uma escolheu sua residência e as outras três a Clínica Escola do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA).

É importante salientar que, em todas as entrevistas, foi apresentada a autorização dada pela Juíza da Vara da Infância e Juventude. Explicou-se às participantes que somente se obteve os dados referentes à lista de pretendentes, as informações pessoais prestadas serão mantidas em sigilo. Para a coleta dos dados utilizou-se uma entrevista semiestruturada. Com esse modelo de entrevista, pretende-se colher informações detalhadas, busca-se o conhecimento do que o entrevistado considera como mais relevante em relação a certo fenômeno ou problema de pesquisa, assim, são investigadas as opiniões, sentimentos e percepções do indivíduo (Richardson, 1999).

O roteiro de perguntas contemplou as seguintes questões norteadoras: (a) Como foi o processo que antecedeu a decisão pela busca da adoção? (b) Quando surgiu a vontade de ser mãe? (c) Quais as expectativas quanto à criança a ser adotada? (d) Como está sendo o processo de espera pela adoção? (e) A decisão de adotar mudou alguma coisa na sua vida? (f) Essas questões foram construídas a partir da literatura sobre maternidade e adoção. Possuíam o objetivo de compreender os motivos pelos quais as mulheres buscaram a adoção frente à impossibilidade biológica de gestar.

Análise dos dados

Após as gravações das entrevistas, o material foi transcrito e analisado, conforme proposta da análise de conteúdo. Esse método é entendido como um conjunto de técnicas para análise das comunicações por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das

mensagens, que buscam obter indicadores qualitativos. Essa é uma técnica que pretende analisar, sobretudo, as falas e as informações coletadas, de forma extensiva (Bardin, 1977).

A análise se constituiu de três momentos cronológicos: a pré-análise, a exploração do material e tratamento dos resultados e a interpretação dos dados. No primeiro momento foi feita a organização do material, ou seja, a transcrição das entrevistas e a leitura exaustiva das mesmas, o que possibilitou a formulação de indicadores, a partir das entrevistas e das questões norteadoras do estudo. Esses indicadores foram aplicados no material coletado, seguindo as regras de exaustividade, de representatividade, de homogeneidade e de pertinência (Bardin, 1977). Por fim, procedeu-se ao tratamento dos resultados e a interpretação, na qual se buscou realizar uma comparação entre as informações obtidas e a literatura revisada sobre o fenômeno.

Resultados e discussões

Este trabalho trata da espera pela maternidade no contexto da adoção, enfocando os aspectos sociais envolvidos na situação de impossibilidade biológica de gestar. Objetiva compreender alguns dos significados da maternidade para mulheres que aguardam a adoção do primeiro filho, assim como compreender os fatores contextuais envolvidos no fenômeno. Foram desenvolvidas três categorias temáticas para compreender o fenômeno: *Adoção: solução encontrada face à pressão social para a realização da maternidade*, *Sentimentos gerados pela infertilidade no contexto da adoção* e *A valorização social de uma barriga – a filiação biológica*. Destaca-se que cada categoria trata de um tema central, que acaba se relacionando as demais categorias.

Adoção: solução encontrada face à pressão social para a realização da maternidade

A discussão dos fatores sociais envolvidos nesta categoria congregou as falas das participantes que revelaram que os significados da maternidade estão associados às representações tradicionais de família e de maternidade veiculadas em nossa sociedade. Observa-se que a concepção de família é aquela composta por pai, mãe e filhos. A mulher e a família só se completam quando a maternidade/parentalidade se concretiza. Essas concepções levaram essas mulheres a buscar a adoção como uma solução para seus problemas gerados pela impossibilidade biológica de gestar.

Foram identificadas várias razões pelas quais as participantes recorrem à maternidade adotiva. Dentre elas, foi citada principalmente a grande pressão social exercida por parte da família e amigos para que as participantes se tornassem mãe do primeiro filho. “A pressão social para o primeiro filho é muito grande para todas as mulheres, e para mim também. É um fardo muito grande pra gente carregar” [sic] (Tânia, 42 anos). “As outras pessoas pressionam a gente, tu não vai ter teu primeiro filho? Já tá na hora né? As pessoas sempre me cobram isso!” [sic] (Renata, 33 anos).

A pressão social exercida sobre a mulher para ser mãe associa-se ao projeto pessoal de maternidade que essas mulheres já possuíam, mas que, devido à impossibilidade biológica para gestar, não pode ser concretizado. As falas de Letícia e Mariana retratam esta situação. “Eu tô louca pra ter um filho, ter alguém pra preencher minha vida. Este plano já tenho faz tempo. Vou me ocupar com coisas boas pra mim, que será meu filho, eu quero usufruir tudo depois com o filho” [sic] (Letícia, 31 anos). “A gente precisa de alguma coisa, alguma novidade, falta alguma coisa, falta um filho mesmo e a prioridade vai ser o filho, eu sonho com isso, eu quero isso” [sic] (Mariana, 42 anos).

Constatou-se que a maioria das participantes tem um interesse primário e pessoal em ter um filho. Ou seja, a expectativa de ser mãe encontra-se presente no cotidiano dessas mulheres, sendo um projeto acalentado, considerado uma forma de alcançar a realização pessoal. O estudo de Cezne (2009) também demonstra que as mulheres que desejam e lutam para se tornarem mães durante um longo período de tempo tendem a super investir na maternidade, focalizando todos os interesses nesse fato. Além disso, as participantes afirmam que outras razões ou motivações externas se associaram a busca pela adoção, por exemplo, as frequentes críticas dos familiares à impossibilidade delas gerarem um bebê. Esse fato faz com que elas compreendam a maternidade como uma necessidade em suas vidas. “Me casei sábado, a gente ficou fora uma noite só, no domingo chegamos em casa e minha família disse, tá e aí? E minha netinha?” [sic] (Letícia, 31 anos). “Tem fases em que todas as cunhadas e irmãs tão grávidas, e tu acaba se envolvendo, te bate aquilo, e tu pensa, eu também tenho que ter meus filhos!” [sic] (Luíza, 42 anos)

Otuka, Scorsolini-Comin e Santos (2012) ressaltam que culturalmente muitos casais são tomados por concepções tradicionais de maternidade e família que valorizam a parentalidade, o que pode explicar o desejo de um casal ter um filho para sentir-se dentro dos padrões de “normalidade” familiar, ditados pela sociedade. “Tu imagina, chega uma fase em que todo mundo tem filhos, daí tu começa a comprar revista de decoração de quar-

tinho e tal, bate aquela coisa e nossa! Eu tenho que ter meus filhos logo, assim como os outros”. [sic] (Letícia, 31 anos). “Vejo minha irmã e elas já têm filhos, as cunhadas têm, quando tu vê sente que queria pra ontem também ter o teu né!” [sic] (Ângela, 33 anos).

Brazelton e Cramer (2002) apontam que o desejo de ser mãe é influenciado pela sociedade, uma vez que esta, de diferentes formas, cobra da mulher a maternidade, como sendo uma confirmação de sua condição natural feminina. Braga e Amazonas (2005), por sua vez, observam que a maternidade dá visibilidade ao feminino, uma vez que historicamente está ligada diretamente à feminilidade: ao cuidado, à doação, à educação dos filhos e a tudo o que diz respeito ao ambiente doméstico. Dessa forma, a maternidade ainda hoje é percebida como elemento fundamental à construção da identidade feminina, apesar da mulher atualmente exercer diversas funções na sociedade, que não se restringem ao papel materno (Ribeiro, 2004).

A partir do final do século XIX, a mulher passou a assumir diferentes papéis na sociedade. Por exemplo, ela teve a possibilidade de adentrar no mercado de trabalho, contribuindo com as despesas do lar, o que anteriormente era uma tarefa exclusivamente masculina (Biasoli-Alves, 2000; Barbosa & Rocha-Coutinho, 2007). Hoje o trabalho feminino é associado também à satisfação da mulher, pois, além de proporcionar status, pode levar ao crescimento individual combinado aos projetos de desenvolvimento profissional (Fiorin, Patias & Dias, 2011). Contudo, isto leva a uma dupla jornada de trabalho, na qual algumas mulheres assumem a chefia do lar, não só afetivamente (dando carinho, educação e amor aos filhos), mas também economicamente, auxiliando nas despesas do lar (Fiorin, Patias, Walczack & Dias, 2011). Esses fenômenos podem ser observados nas falas das participantes: “Por enquanto não tem criança, então vou trabalhando. Enquanto não vier eu trabalho normal. Agora somos só eu e ele, depois vou ter que saber dividir entre minha vida pessoal e profissional”. [sic] (Renata, 33 anos). “Hoje eu me debrucei no trabalho. Mas pretendo parar de trabalhar tanto assim que eu tiver meu filho, pra curtir né. Daí vou ter que me dividir entre meu trabalho, meu filho e minha casa” [sic] (Luíza, 42 anos).

Esses acontecimentos levaram a mulher a viver experiências complexas e contraditórias. Algumas mulheres, ainda hoje, se encontram divididas entre a necessidade de firmar-se profissionalmente e o desejo de dedicar-se exclusivamente à maternidade, realizando um acompanhamento próximo do desenvolvimento dos filhos (Maluf & Kahhale, 2010). No entanto, apesar de muitas participantes afirmarem que terão que administrar uma dupla jornada em suas vidas (profissional e materna), e que isso pode gerar sobrecarga

física e emocional, encaram a infertilidade como algo que lhes traz grande tristeza e dor, se constituindo em uma situação a ser “resolvida”. Este tema será tratado na próxima categoria.

Sentimentos gerados pela infertilidade no contexto da adoção

A partir da análise das falas das participantes foi possível identificar que todas vivenciaram algum tipo de sofrimento por não conseguirem engravidar. Essa categoria busca compreender a experiência subjetiva dessas mulheres sobre a situação de infertilidade. Schettini, Amazonas e Dias (2006) revelam que é comum casais inférteis sentirem-se discriminados socialmente por não poderem, biologicamente, gerar filhos, percebendo-se diferentes daqueles que o conseguem. Esses mesmos sentimentos foram também encontrados em estudo realizado por Patias e Buaes (2009) com mulheres que não possuem filhos por opção. As mulheres entrevistadas por essas autoras relataram sentir diariamente o peso de sua escolha, uma vez que amigos, familiares e colegas de trabalho lhes cobram justificativas ante ao fato de não desejarem ou mesmo terem filhos.

Nessa pesquisa observa-se que as participantes sentem-se tristes e angustiadas face à impossibilidade e cobranças por não poderem gestar. Esse fato gera inúmeros questionamentos e sentimentos de incapacidade. Observe os depoimentos a seguir: “Mas eu levo a marca comigo. Por que será que não consegui segurar um filho aqui? É esta a sensação, de estranheza, e questionamento junto com incapacidade. Por que não deu?” [sic] (Tânia, 42 anos). “Não vou dizer que estou curada 100% da ferida, isso vou levar pra sempre” [sic] (Luiza, 42 anos).

Percebe-se que a futura mãe, que concretizará seu projeto através da adoção, é inevitavelmente afetada pelo estresse decorrente da infertilidade e pelo o sofrimento por não conseguir engravidar ou gestar. Levinzon (2004) lembra que um dos fatores mais comuns encontrados nos processos de adoções é a esterilidade de um dos cônjuges. Esta pode trazer diferentes problemas para os indivíduos e casais. Assim, algumas famílias adotantes buscam na perfilhação, via da adoção, uma forma de suprir seu desejo de parentalidade e lidar com o problema gerado pela infertilidade (Schettini, Amazonas & Dias, 2006; Weber, 2004, Zacharias & Mallmann, 2010).

Segundo Schettini et al. (2006), as mulheres sentem-se diferentes quando não possuem filhos. A situação da infertilidade parece promover uma profunda ferida narcísica nas mulheres, pois essas revelam sentimentos de inferioridade diante de outras pessoas que conseguem gestar e ter filhos. A adoção representa uma solução final para lidar com a ideia de fracasso

face à infertilidade (Zacharias & Mallmann, 2010). Observe as falas a seguir: “Como o bebê não veio depois de várias tentativas, agora eu estou na fila da adoção, por que a gente dança conforme a música e com isso espero ter meu filho” [*sic*] (Mariana, 42 anos). “Depois que casei pensei em ter um filho de barriga, daí tentei, tentei e não veio. Agora inverteu a ordem e na adoção espero ter meu filho” [*sic*] (Renata, 33 anos).

Na percepção dessas participantes, a infertilidade (aliada ao não exercício da parentalidade) gera exclusão social e críticas dos familiares e amigos. Observa-se em dois dos relatos a seguir, que não apenas sentimentos de exclusão são vividos, mas outros papéis que a mulher desempenha na sociedade podem estar ameaçados face à infertilidade. “Eu até disse para meu marido, vamos nos separar! Por que eu não vou conseguir te dar um filho nunca!” [*sic*] (Ângela, 33 anos). “Minha sogra me disse estes dias, tu vê o fulano casado nunca teve filhos, trocou de esposa e teve filho. Daí meu marido disse: tá mãe, mas eu não vou trocar a Renata por isso!” [*sic*] (Renata, 33 anos).

Na análise dos relatos, observa-se uma necessidade dessas participantes se colocarem em uma situação de similitude às demais mulheres que podem conceber. Percebe-se, no caso destas entrevistadas, que existe certo desconforto face à sua diferença de condição quando se comparam a outras mulheres com filhos. No entanto, a chegada do primogênito trará, em suas concepções, a neutralização dessa “diferença” e inserção no grupo social. “A gente se sente muito discriminada, vai tomar chimarrão na praça daí já vem todo mundo com seus filhinhos brincando, vamos ao shopping, todo mundo com seus filhinhos andando. Então assim, este tipo de coisa comove a gente, e a gente quer ter também como os outros um filhinho” [*sic*] (Letícia, 31 anos). “Tem uma diferença entre as mulheres, as com filhos e as sem filhos. As com filhos se reúnem mais em relação às crianças, e neste sentido elas tem mais proximidade umas com as outras, e eu que tenho problema não tenho tanta proximidade. Então quando começa assunto de filhos, eu não tenho assunto e fico excluída” [*sic*] (Luiza, 42 anos).

Para Otuka, Scorsolini-Comin e Santos (2012), a sensação de exclusão social frente a não realização da maternidade parece ser suprida apenas quando as mulheres tornam-se mães, pois, culturalmente somente uma família com pai, mãe e filhos é promotora de afeto, proteção e união entre os membros. Essa concepção é fortalecida e afirmada por diferentes atitudes presentes no contexto social das entrevistadas. Além disso, histórica e culturalmente, considera-se família o casal com filhos. Apesar de existirem várias configurações familiares (homoparental, casais sem filhos, famílias recompostas, etc), ainda há, no imaginário social, a concepção

de que uma família, para ser completa, precisa de filhos (Patias, Gabriel & Abaid, 2011). Dessa forma, é visível que os discursos referentes à maternidade e à família ditam o perfil esperado da mulher em nossa sociedade ainda hoje, pois as convenções socioculturais influenciam o papel que cada mulher deve representar. Ocorre uma cobrança da família extensa, que associa casamento, maternidade, família e filhos (Patias & Buaes, 2012). A situação de infertilidade denuncia esses diferentes significados associados à família e maternidade que geram a pressão social para ter filhos, já abordados na primeira categoria.

Além do sentimento de exclusão por não ter um filho, uma criança representa para as entrevistadas possibilidades de identificação e convívio grupal. Ao ser mãe, essas entrevistadas consideram que se tornarão idênticas a outras mulheres presentes no meio onde vivem. Isso lhes fará sentirem-se iguais às demais mulheres, o que lhes despertará um sentimento de pertença ao grupo feminino. Segundo Zimmerman (2000), todo ser humano necessita de algum tipo de reconhecimento, sendo esse sentimento vital para a manutenção da autoestima. Por isso, é relevante ser admitido em um grupo tanto no plano familiar quanto no social, fato que pode vir a ocorrer na percepção dessas mulheres quando a maternidade ocorrer, mesmo que pela via da adoção (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007).

Como se pode perceber, a maternidade é um fator que contribui tanto para o processo de socialização quanto para a valorização e pertencimento à família. A situação de infertilidade parece fazer com que a mulher adquira uma maior consciência sobre esses significados que circulam em nossa sociedade. É esperado que a maternidade ocorra em um contexto de uma união estável, principalmente dentro do casamento, sendo a parentalidade o fator definidor, em muitos casos, da efetivação do núcleo familiar (Borlot & Trindade, 2004). Por isso, a maternidade é cobrada de todas as mulheres e uma mulher infértil é, muitas vezes, vista como uma árvore seca, impossibilitada de gerar frutos (Mansur, 2003). Isso pode ser constatado na frase a seguir. “É uma mistura confusa, por que é uma mistura de angústia, tristeza, às vezes tu te sente uma droga, por que ah poxa vida, por que eu não tenho capacidade de ter um filho? Eu fico triste às vezes por isso” [sic] (Letícia, 31 anos).

Tais elementos parecem ser fortalecidos pelas representações tradicionais de maternidade, que tratam a mesma como condição natural e aspecto máximo da realização do sexo feminino. Nesse sentido, perceberemos que existe uma valorização da gestação biológica e, conseqüentemente, das vivências e a barriga, fruto da mesma. Esse tema será tratado na próxima categoria.

A valorização social de uma “barriga” – a filiação biológica

Esta categoria aborda como as questões que envolvem a impossibilidade de uma gestação biológica influenciam na opção pela adoção. Demonstra ainda a importância social conferida à parentalidade biológica e as evidências físicas relacionadas a essa forma de filiação. Evidencia principalmente como a ausência de uma barriga parece associar-se ao sentimento de incapacidade presente na situação da infertilidade.

A concretização da gestação é percebida pelas modificações no corpo da mulher, principalmente, pela barriga que cresce, sendo a mesma percebida pelas mulheres entrevistadas, como um valor social. Ter uma “barriga de gestação” parece representar uma conquista, associada à realização da identidade feminina. As entrevistadas parecem sofrer ao relatar que gerar um filho e ter uma “barriga” pode ser uma conquista grande na vida feminina. Desta forma, ante a impossibilidade do desenvolvimento de um “barrigão”, observa-se a presença de sofrimento e frustração. Observe as falas: “Eu sofro só de ficar vendo barrigas, imagina até no meu prédio tem uma loja de bebês! Então assim, no aniversário de um ano da nossa afilhada, eu fui pro banheiro chorar, várias vezes, por que tava cheio de mulheres com barrigas, e dá uma coisa na gente, uma tristeza, uma dor, uma coisa indescritível” [sic] (Letícia, 31 anos). “A gente tem de tudo, só falta o principal, que é a barriga. É uma gestação sem barriga, e não uma gravidez com barriga. Quando eu percebo que alguém está grávida, eu fico assim, um pouco sentida por mim. Olha a fulana que maravilha, tão felizes, barrigão e tal. E daí a gente pensa, mas bem que podia ser eu!” [sic] (Ângela, 33 anos).

Para Raphael-Leff (1997), de todas as experiências humanas, a gravidez é a que mais enfatiza nossas diferenças básicas de gênero. O significado da concepção não se relaciona apenas à maternidade (Cezne, 2009), as participantes acreditam que a barriga de uma gestação dá visibilidade à mulher, estando associada à admiração e ao sentimento de realização frente a uma tarefa cumprida, além de ser fonte de atenção e carinho de outras pessoas. “Eu gostaria de ter uma barriga de gravidez, por que meu marido é super carinhoso, ia ficar ligado em mim, o tempo todo alisando minha barriga que seria perfeita” [sic] (Renata, 33 anos). “Ah por que eu não fico assim grávida, como elas ficam. Eu queria ter a barriga e me sentir plena e completa” [sic] (Ana, 43 anos).

Através das falas, percebe-se o quanto a concretização da gestação está associada, além da questão biológica, a representações culturais, pois a barriga é relatada como um valor social e a confirmação física e

concreta da gestação e da feminilidade. Mostrá-la significa evidenciar para as pessoas que se está cumprindo, enquanto mulher, um papel esperado e socialmente valorizado. A mulher que expõe sua barriga grávida está demonstrando o quanto é feminina e apresenta a capacidade de gerar um filho (Badinter, 1985, Mansur, 2003, Costa & Rossetti-Ferreira, 2007).

Percebe-se que diferentes sentimentos emergem neste período, dependendo das experiências específicas vivenciadas por cada mulher ou até mesmo pelo casal. Silva e Lopes (2011) ressaltam que o desejo pela parentalidade pode aumentar a coesão do casal, promovendo à redução de conflitos e o aumento da comunicação entre ambos. Por outro lado, os relatos deste estudo indicam as inúmeras dificuldades pelas quais os casais inférteis se deparam, podendo gerar frustração e conflitos. Observe o próximo depoimento: “A gente achava que poderia ter um bebê. Então sofremos muito, eu e meu marido. Por que a gente não consegue ter algo tão comum para todos os casais e pessoas, que é ter uma barriguinha de gestação e ter um filho” [sic] (Renata, 33 anos). Ribeiro (2004), por sua vez, afirma que se torna doloroso para um casal o fato de não poder gerar filhos, pois a infertilidade abala antigas certezas em relação ao conceito de maternidade e paternidade, marcadas especialmente pelas influências dos fatores culturais.

Considerações finais

A maternidade foi, ao longo do tempo, sendo construída cultural e socialmente como uma tarefa exclusivamente feminina e indispensável à mulher. Dessa forma, percebe-se que os inúmeros discursos sociais acabam por influenciar na opção pela maternidade. Quando a mulher depara-se com a impossibilidade biológica de gestar, essa pode buscar outras formas de exercer a maternidade, como ocorre na situação de adoção. Neste estudo buscou-se focar as vivências da espera pela adoção em contexto de infertilidade biológica. Sabe-se que as vivências da maternidade são atravessadas por desejos e necessidades relacionadas a questões muito subjetivas e a adoção de uma criança torna-se uma solução possível face à infertilidade. A infertilidade torna mais evidente uma série de representações que circulam na sociedade associados às noções de família e maternidade. A opção pela adoção não exige os indivíduos da vivência de lutos frente à ausência da experiência biológica e psicológica de gravidez, fato que se tornou evidente nos relatos das participantes desse estudo.

As participantes do estudo sentem-se cobradas socialmente para serem mães do primeiro filho, sendo que parte dessa pressão decorre da

existência de uma associação entre família, casamento e maternidade. Social e culturalmente existe uma representação de que ser mulher significa ser mãe, que se alia à concepção tradicional de que um filho une o casal e mantém os laços familiares mais sólidos; o que garantiria a existência de uma família feliz e completa (Patias & Buaes, 2012). Essas concepções difundem a ideia de que a concretização da família como núcleo afetivo só se torna possível quando a família for preenchida através das relações entre pais e filhos.

Dessa forma, aquelas que fogem à regra (pelo adiamento, opção de não ter ou pela infertilidade) sofrem com as pressões sociais ante a não maternidade. Frente à impossibilidade biológica de gestar, as mulheres recorrem à adoção, a fim de corresponder às normativas sociais e ao desejo de gestar. Contudo isso não as isenta de sofrimento, primeiro, por que continuam a conviver com as pressões sociais e familiares para tornar-se mãe do primeiro filho e, segundo, por que enfrentam a infertilidade e a impossibilidade de vivenciar a gestação e ter um filho biológico.

Os profissionais da saúde, dentre eles os psicólogos, tem um papel essencial no atendimento dessa população. É possível realizar grupos com casais que esperam pela adoção, para que possam, juntamente com outros casais que passam pela mesma situação, elaborar lutos, discutir essas diferentes representações e valores associados à família, parentalidade biológica, infertilidade e parentalidade adotiva, entre outros temas possíveis. Além disso, os dados demonstram que é importante discutir aspectos relativos ao desejo real de ser mãe, já que muitas vezes a maternidade parece não ser realmente uma opção, mas quase uma imposição social à mulher.

Por fim, destacam-se algumas limitações do presente trabalho; cabe lembrar que algumas possíveis participantes do estudo não aceitaram participar da pesquisa, desta forma, não se sabe se estas pessoas compartilham das representações aqui encontradas ou se possuem outras ideias e características que não foram expressas nesse trabalho. O estudo utilizou um delineamento transversal, desta forma não foi possível acompanhar se, de fato, as expectativas desses casais se concretizaram, pois, foram obtidas apenas as percepções e sentimentos das mulheres face ao fenômeno.

Considera-se importante a realização de futuras pesquisas que abordem as estratégias utilizadas por essas mulheres para lidar com essa pressão social face à maternidade. Pesquisas com os companheiros e com os familiares de mulheres nessa situação de espera de adoção também podem auxiliar a compreender se e como essas representações e valores encontrados neste estudo estão sendo construídos e perpetuados. Além

disso, cabe lembrar que atualmente a adoção está sendo buscada por diferentes indivíduos, com diferentes configurações familiares, havendo, possivelmente, similaridades e diferenças nessas situações. Desta forma, seria interessante investigar como essas situações novas (por exemplo, adoção por casais homossexuais) se relacionam às questões sociais de filiação e representação de família presentes em nossa sociedade.

Referências

- Ariès, F. (1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC Editora.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: O mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Barbosa, P., & Rocha-Coutinho, M. (2007). Maternidade: Novas possibilidades, antigas visões. *Psicologia Clínica*, 19(1), 163-185.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Editora 70.
- Bisoli-Alves, Z. (2000). Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16(3), 233-239.
- Braga, M. G. R., & Amazonas, M. C. L. A. (2005). Família: Maternidade e procriação assistida. *Psicologia em Estudo*, 10(1), 11-18.
- Brazelton, T. B., & Cramer, B. G. (2002). *As primeiras relações*. São Paulo: Martins Fontes.
- Borlot, A. M., & Trindade, Z. A. (2004). As tecnologias de reprodução assistida e as representações sociais de filho biológico. *Estudo de Psicologia*, 9(1), 63-70.
- Castro, A. M. O. (2002). *Pessoa, gênero e família: Uma visão integrada do Direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- Cezne, G. O. M. (2009). *“Em busca de um sonho”: A maternidade para mulheres em situação da infertilidade*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- Costa, N. R. A., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2007). Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), 425-434.
- Fiorin, P. C., Patias, N. D., & Dias, A. C. G. (2011). Reflexões sobre a mulher contemporânea e a educação dos filhos. *Revista Sociais e Humanas*, 24(2), 121-132.
- Fiorin, P. C., Patias, N. D., Walczack, K. C., & Dias, A. C. G. (2011). *Mulher é da casa e também é da rua? Papéis de mulher na contemporaneidade: um olhar feminino sobre o assunto*. In XV Simpósio de Ensino, Pesquisa e

- Extensão (SEPE): Educação e Ciência na Era Digital, Santa Maria/RS.
- Maldonado, M. (2002). *Psicologia da gravidez: Parto e puérperio*. São Paulo: Saraiva.
- Maluf, V. M. D., & Kahhale, E. M. S. P. (2010). Mulher, trabalho e maternidade: Uma visão contemporânea. *Revista Polêmica*, 9(3), 143-160.
- Mansur, L. H. B. (2003). *Sem filhos: A mulher singular no plural*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Motta, M. A. P. (2001). *Mães abandonadas: A entrega de um filho para a adoção*. São Paulo: Cortez.
- Otuka, L. K. Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2012). Adoção suficientemente boa: Experiência de um casal com filhos biológicos. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 8(1), 55-63.
- Patias, N. D. P., & Buaes, C. S. (2009). Não têm filhos? Por quê? *Disciplinarium Scientia*, 10(1), 121-133.
- Patias, N. D. P., & Buaes, C. S. (2012). "Tem que ser uma escolha da mulher"! Representações de maternidade em mulheres não-mães por opção. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 300-306.
- Patias, N. D. P., Gabriel, M. R., Abaid, J. L. W. (2012). *Concepções de família na escola*. Psicopedagogia On Line, sv, disponível em: http://www.psicopedagogia.com.br/new1_artigo.asp?entrID=1390, 2011. Acesso em 30 de julho de 2012.
- Rafhael-Leff, J. (1997). *Gravidez: A história interior*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Ribeiro, M. F. R. (2004). *Infertilidade e reprodução assistida: Desejando filhos na família contemporânea*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa social: Método e técnica*. 3ª ed. São Paulo: Atlas.
- Schettini, S. M. S., Amazonas, M. C. L. A., & Dias, C. M. S. B. (2006). Famílias adotivas: Identidade e diferença. Dossiê. *Psicologia e Saúde*, 11(2), 285-293.
- Silva, I. M.; Lopes, R. C. S. (2011). Relação conjugal no contexto de reprodução assistida: O tratamento e a gravidez. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(4), 449-457.
- Zacharias, D. G., & Mallmann, L. B. (2011). *Aspectos que envolvem a adoção em um sistema familiar: Escolhas, mitos e segredos*. In XVII Seminário de Iniciação Científica e II Salão de Ensino e Extensão: Vivenciando a Integração, Santa Cruz do Sul/RS.
- Zalceberg, M. (2003). *A relação mãe e filha*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Zimerman, D.E. (2000) *Fundamentos básicos das grupoterapias*. Porto Alegre: Artmed.

Endereço para correspondência

fe.donato@hotmail.com;
nandadonato@yahoo.com.br

Enviado em 16/08/2012
1ª revisão em 17/10/2012
Aceito em 29/11/2012